

... continuação **ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A.**

valor da receita puder ser confiavelmente mensurado. • For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados. A receita proveniente da venda de energia é reconhecida quando as energias são geradas e disponibilizadas e a titularidade/ controle é transferida. A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre – PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. n) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. o) **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social é representada pelos impostos correntes. i) Impostos correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido do trimestre, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. p) **Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **5. Adoção das CPCs novas e revisadas** a) **CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021):** A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). **Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade:** A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos' descrito na Declaração de Prática 2. **Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:** A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. **Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis:** A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. b) **CPCs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Men- sura- ção	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	2.961	2.961	6.567
Contas a receber de clientes (**)	N/A	2	3.845	3.845	4.029
Títulos e valores mobiliários	N/A	2	9.636	9.636	4.390
Outros recebíveis	N/A	2	96	96	23
			16.538	16.538	15.009
Passivos					
Fornecedores	N/A	2	(599)	(599)	(32)
Empréstimos e financiamentos	N/A	2	(33.525)	(33.525)	(38.135)
Passivo de arrendamento	N/A	2	(1.198)	(1.198)	(1.219)
Dividendos a pagar	N/A	2	(1.718)	(1.718)	(1.084)
Outras contas a pagar	N/A	2	(3.851)	(3.851)	(326)
			(40.891)	(40.891)	(40.796)

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado; (**) Valor bruto de custo. O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo com o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado:** Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de

risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir: a) **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. b) **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. i) Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2023
Caixa e equivalente de caixa	2.961
Contas a receber de clientes	3.845
Títulos e valores mobiliários	9.636
Outros recebíveis	96
	16.538

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuírem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado. c) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. i) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 11,75% ao ano de 2023), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira de R\$1.876. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em:

Risco	Exposição	Provável	25%	50%
Baixa	9.888	1.162	8,81%	871
Alta	(33.525)	(3.037)	11,33%	(3.797)
	(23.637)	(1.876)	(2.926)	(3.975)

de 5 de janeiro de 2024, disponibilizados no website do Banco Central de aplicações financeiras evidenciadas nas notas explicativas 8 e 9.

11. Imobilizado

	Aerogera- dores e instala- ções	Móveis e utensí- lios	Máquinas e equipa- mentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	76.801	20	365	77.186
Aquisições	-	-	24	24
Depreciação	(4.769)	(3)	(45)	(4.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	72.032	17	344	72.393
Aquisições	2.343	5	-	2.348
Depreciação	(4.769)	-	(51)	(4.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	69.606	22	293	69.921

12. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Taxa de juros	Venci- mento	31/12/2023	31/12/2022
	TJLP			
BNDES (i)	+2,51% a.a	Set/2030	33.525	38.135
Circulante			5.073	5.047
Não Circulante			28.452	33.088
			33.525	38.135

(i) Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 73.524, com amortização e juros mensais e com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 57.510, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, a segunda tranche, no montante de R\$ 5.356, foi liberada em 27 de agosto de 2014, a terceira tranche, no montante de R\$ 7.703, foi liberada em 23 de dezembro de 2015, a quarta tranche no montante de R\$ 302, foi liberada em 18 de agosto de 2017. Em 24 de maio de 2019 foi liberada a última tranche no montante de R\$ 88. O valor do contrato foi alterado através do 1º Aditivo, passando de R\$ 73.524 para R\$ 71.039 e desta forma, não há mais valores a serem liberados para este contrato.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.737	42.737
Encargos provisão de juros	3.461	277
Atualizações monetárias	277	(3.460)
(-) Juros pagos	(3.460)	(4.880)
(-) Amortização do principal	(4.880)	(3.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.135	38.135
Encargos provisão de juros	3.108	340
Atualizações monetárias	340	(3.108)
(-) Juros pagos	(3.108)	(4.950)
(-) Amortização do principal	(4.950)	(3.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.525	33.525

6) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance*, ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. **c) Prazo de vencimento:** O montante registrado no passivo tem a seguinte composição a vencer, por ano de vencimento:

	2025	2026	2027 a 2030
	5.073	5.073	18.306
			28.452

d) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/Custo da Dívida)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia.

13. Outras contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Antecipação CCEE	3.744	319
Outros	107	7
Total – Circulante	3.851	326

14. Provisão para desmobilização – Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso para desmantelamento, desinstalação e todos os demais gastos associados à remoção dos de ativos de

longo prazo do Complexo Eólico devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu. A provisão para desmobilização foi efetuada com base na estimativa desses custos através de cotação realizada no mercado dos gastos da operação. O saldo registrado na rubrica de "Provisão para desmobilização" em 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.206. **15. Patrimônio líquido** – a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 39.087, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado da seguinte forma:

	Ações 2023	Ações 2022
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	39.136.688	39.136.688
ADS ER Energias Renováveis S.A.	1	1
Total	39.136.689	39.136.689

b) **Reservas de lucros:** De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: i) **Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o montante de R\$114 (R\$ 247 em 2022) para reserva legal. ii) **Reserva especial:** Em 31 de dezembro de 2021, os administradores da Companhia, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalentes de caixa da entidade e conforme o seu plano de investimento, destinou a parcela de 25% do lucro líquido ajustado, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 512, para a constituição da reserva especial, conforme art. 202 § 4º da Lei nº 6.404/76. Para o exercício de 2023 e 2022 o saldo permanece igual. c) **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	2.289	4.945
(-) Constituição da reserva legal	(114)	(247)
Base de cálculo dos dividendos	2.175	4.698
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	544	1.175
Em 2023 a Companhia distribuiu dividendos adicionais no montante de R\$5.053, integralmente pagos no exercício. A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada a seguir:		
Saldo inicial	1.084	1.317
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	544	1.175
Constituição de dividendos adicionais	5.053	8.000
Pagamentos	(4.963)	(9.408)
Saldo final	1.718	1.084

16. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita com venda de energia	18.390	18.490
Direitos a faturar	122	295
(-) Impostos sobre venda	(676)	(685)
Receita líquida de vendas	17.836	18.100

17. Custo e despesas por natureza

	2023	2022
Depreciação e amortização	(5.108)	(5.143)
Custos com serviços	(1.828)	(695)
Custo com manutenção e conservação	(3.383)	(2.540)
Gastos com comunicação	(120)	(49)
Prêmio de seguros	(305)	(255)
Outros gastos administrativos	(86)	(5)
	(10.751)	(8.687)
Custo da produção e operação de energia	(10.240)	(8.378)
Despesas gerais e administrativas	(511)	(309)
	(10.751)	(8.687)

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 10)	(3.087)	(3.461)
Juros, taxas e comissões bancárias	(79)	(76)
Juros passivos de arrendamento	(166)	(181)
Atualizações monetárias	(340)	(278)
	(3.672)	(3.996)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	1.220	1.108
	1.220	1.108
	(2.452)	(2.888)

19. Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
i) Imposto de renda		
Receita bruta de vendas de energia	18.390	18.490
Direitos a fatura	122	295
Total receita	18.512	18.785
Base de cálculo sobre receita bruta (8%)	1.481	1.503
Receita financeira	1.220	1.108
Base de cálculo do imposto de renda	2.701	2.611
Imposto de renda (15%)	405	392
Adicional imposto (10%)	245	236
Imposto de renda do exercício	650	628
ii) Contribuição social	2023	2022
Receita bruta de vendas de energia	18.390	18.490
Direito a fatura	122	295
Total da receita bruta tributável	18.512	18.785
Base de cálculo sobre receita bruta (12%)	2.221	2.254
Receita financeira	1.220	1.108
Base de cálculo da contribuição social	3.441	3.362
Contribuição social do exercício (9%)	310	303
Imposto de renda e contribuição social do exercício	961	931

20. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.289	4.945
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	39.137	39.137
Lucro básico por ação – R\$	0,06	0,13

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor. **21. Seguros** – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contratou os seguintes seguros que englobam todos os parques eólicos da ADS:

Modalidade	Vigência até:	Cobertura
Responsabilidade civil geral	31 de julho de 2024	15.000
Riscos operacionais	31 de março de 2024	931.503

22. Compromissos – A Companhia possui contratos firmado com a CCEE que estabelecem o fornecimento mínimo de energia elétrica por 20 anos, sendo a garantia física do parque eólico de 12,9MW médio/mensal, recalculando o fornecimento mínimo a cada quadri-ênio e com previsão de término em 30 de junho de 2034. Em caso de não fornecimento dentro da faixa de tolerância, ficam sujeitas as partes a penalidade de multas por resolução. A faixa de tolerância da capacidade de fornecimento de energia contratada não pode ser inferior a 10% ou superior a 30%. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam passivos no que se refere aos limites da faixa de tolerância do contrato.

23. Aprovação das demonstrações financeiras – A emissão dessas demonstrações finance